



ATA

**10ª REUNIÃO COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA MILITAR**

Aos dez dias do mês junho do ano de dois mil e vinte e dois, às catorze horas, reuniu-se por videoconferência a Comissão Permanente de Memória da Justiça Militar, sob coordenação do desembargador Fernando Galvão da Rocha, presentes os(as) servidores(as) Gustavo Cândido da Silva, Letícia Sofal Costa, Valéria Linhares de Lima e Kely Cristina Barbosa Machado. O servidor Leonardo Vaz de Melo justificou a ausência antecipadamente. Aberta a reunião, o desembargador Fernando Galvão da Rocha deu boas-vindas aos participantes iniciou os trabalhos indagando quem entre os participantes da Comissão já finalizou os textos. A servidora Letícia Sofal informou que fez o levantamento inicial, mas percebeu que o texto da edição especial de 80 anos da Revista de Estudos & Informações está bem completo e que será basicamente as informações que já foram tratadas na referida edição da revista com poucos acréscimos. A servidora Luanda Fróes informou que fez uma prévia do textos, mas que precisa de ajustes e que abordou a estrutura e composição da Escola Judicial Militar, a construção dos planos anuais de capacitação, os cursos de Adaptação para Juízes Militares que são referência para outros tribunais militares, o programa Observatório da Justiça Militar Estadual, a Revista de Estudos & Informações que é realizada em parceria com a SECOM, os parceiros da Escola, o credenciamento como Escola de Governo e o primeiro curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Militar. A comissão aprovou os tópicos. A servidora Kely Barbosa informou que revisou edição especial de 80 anos da Revista de Estudos & Informações e observou que a edição não aprofundou sobre o ingresso da Defensoria Pública na Justiça Militar Estadual e que acha importante abordar o tema de maneira aprofundada. O desembargador Fernando Galvão opinou que não há problemas em usar a edição especial como referencial e completar as informações. A servidora Kely Machado se propôs a reunir com a servidora Letícia Sofal para elaborar o texto. A servidora Valéria Linhares expressou sua dificuldade em fazer a redação, alegando que tem um perfil mais operacional e mais dinâmico. O desembargador Fernando Galvão se manifestou dizendo à servidora que ela é bastante comunicativa e sugeriu que ela fizesse a entrevista com o servidor mais antigo do Tribunal. O desembargador sugeriu que a servidora pedisse ajuda aos servidores Leonardo Melo e Gustavo Cândido para ajudar a redigir as perguntas. A servidora concordou com a sugestão e assumiu a tarefa. O servidor Gustavo Cândido se disponibilizou a escrever sobre a digitalização do acervo processual do Tribunal. A Comissão aprovou os compromissos assumidos pelos servidores. Definidos os tópicos por integrante, o desembargador Fernando Galvão explicou que todas as comissões terão que fazer cronogramas de reuniões por um período de no mínimo seis meses e que a servidora Luanda Fróes estava organizando o agendamento das reuniões das demais Comissões que ele participa e destacou que, enquanto durar as atividades referentes ao livro, esta Comissão poderia se reunir semanalmente e que, após a conclusão, as reuniões poderiam ser quinzenalmente ou mensais, a depender da demanda. A Comissão concordou em se reunir todas as quintas-feiras às 14h nos próximos quatro meses e mensalmente à partir da conclusão do livro que está prevista para início de novembro. A servidora Luanda Fróes ficou incumbida de fazer o cronograma de atividades e inserir no processo SEI que registra as atividades desta Comissão. Estando o cronograma de reuniões definido, o desembargador Fernando Galvão deu prosseguimento à presente reunião informando que o espaço da Memória do Judiciário Militar Estadual no prédio do Tribunal de Justiça vai passar por obras de adaptação do espaço. Informou ter comunicado à Presidência do TJM que, com o fechamento temporário do Palácio da Justiça para a realização de obras, a Comissão entendia importante reestruturar o Espaço da Memória na sede do Tribunal e que o presidente concordou e expressou que acha oportuno o espaço ficar pronto e adequado para as comemorações dos 85 anos da Justiça Militar Estadual. Uma nova reunião ficou agendada para o dia 24/06/22 às 14 horas. A presente reunião encerrou-se às 15h02. Nada mais havendo a registrar, eu,

Luanda Geneviève Martins Medeiros do Couto Fróes, Assistente Judiciária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelo desembargador Fernando Galvão da Rocha.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO NOGUEIRA GALVÃO DA ROCHA**, Desembargador Civil do TJMMG, em 06/07/2022, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0234819** e o código CRC **DED5E243**.

22.0.000000111-6

0234819v4

Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Bairro de Lourdes  
CEP 30180-143 - Belo Horizonte - MG